



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Arquivo Público Vereador Ivan José Lopes

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE MONTES CLAROS

FLASH

3934

Presidente da Mesa Diretora: Gilberto Wagner Martins Pereira Antunes

Espécie: Projeto de Lei

Categoria: Impostos

Autoria: Executivo Municipal

Data: 07/01/1993

Descrição Sumária: PROJETO DE LEI Nº 03/93. Dispõe sobre isenção do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU, para determinados tipos de construção.

Controle Interno – Caixa: 13

Posição: 16

Número de folhas: 04

Esécie: PL
Categoria: Impostos e taxas
Cl: 13
Ordem: 16
nº fls: 02



Câmara Municipal de Montes Claros

PROJETO DE LEI Nº

03/93

Autor: Prefeito Municipal, Dr. Luiz Tadeu Leite.

Assunto:

Dispõe sobre isenção do IPTU para determinados
tipos de construção.

MOVIMENTO

- 1 Recebido em 07.01.93
- 2 À Com. de Leg. e Justiça em 07.01.93
- 3 Aprovado em regime
- 4 de urgência - 12.01.93
- 5 À sanção - 12.01.93
- 6 Arquivado -
- 7
- 8
- 9
- 10

Caixa



PREFEITURA DE MONTES CLAROS

Av. Cula Mangabeira, 211 - 39.400 - Montes Claros - MG



PROJETO DE LEI Nº _____

Dispõe sobre isenção do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU para determinados tipos de edificação.

A Câmara Municipal de Montes Claros (MG) aprova e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei :

Artigo 1º - Fica isento do pagamento do IPTU - Imposto Predial e Territorial Urbano, neste Município, o proprietário de um único imóvel na área urbana, cuja edificação nele existente seja de até 35,00 m2 (trinta e cinco metros quadrados) e tenha destinação exclusiva a fins residenciais.

Parágrafo único - A isenção de que trata o artigo não se aplica aos imóveis constituídos de lotes vagos.

Artigo 2º - Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Montes Claros, 06 de janeiro de 1993.

Luiz Tadeu Leite

Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
 A COMISSÃO DE Legislação e Justiça
 EM 7 DE Januário DE 1923
 PRESIDENTE

A MATÉRIA É LEGAL E CONSTITUCIONAL.

Yaldy
Leit

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
 APROVADO EM DISCUSSÃO POR
 EM 12 DE Januário DE 1923
 PRESIDENTE

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
 À SANÇÃO
 EM 12 DE Januário DE 1923
 PRESIDENTE



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS — MG

EM, 06 DE janeiro

DE 19 93.

OF. N.º 002/93/CJ

ASSUNTO Encaminha Projeto de Lei

SERVIÇO Consultoria Jurídica

Senhor Presidente ,

Estamos encaminhando para apreciação e devida aprovação por parte de Vossa Excelência , e de seus nobres pares , o incluso Projeto de Lei , cujo objetivo é isentar do IPTU - Imposto Predial e Territorial Urbano , o proprietário de um único imóvel residencial na área urbana , cuja área edificada seja de até 35,00m² (trinta e cinco metros quadrados) , excluindo destes aqueles lotes vagos .

Salientamos que a aprovação da presente Lei , por parte desta Casa Legislativa , contribuirá sobremaneira com a população em causa , uma vez que as pessoas beneficiadas serão as de baixa renda e que tal aprovação não trará prejuízos para o Município , pois o custo operacional , na maioria das vezes , extrapola a taxa arrecadada .

Sendo só o que se apresenta para o momento , subscrevemo-nos,

Atenciosamente ,

Luiz Tadeu Leite

Prefeito de Montes Claros

Exmo. Sr.

Gilberto Wagner Pereira Antunes

DD. Presidente da Câmara Municipal
de Montes Claros

N E S T A